



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO
Filiada ao **Movimento Nacional de Direitos Humanos**

Rua Aníbal Bilhar, 865, Vila Lucas Araújo, Passo Fundo, RS
E-mail: cdhpf@cdhpf.org.br Site: www.cdhpf.org.br

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA EM DEFESA DO DIREITO À ÁGUA EM PASSO FUNDO

A Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF manifesta profunda preocupação diante da crise de abastecimento de água que afeta diariamente milhares de lares, estabelecimentos e instituições. Em pleno verão, onde as temperaturas apresentam recordes de elevação, inúmeras famílias enfrentam dificuldades extremas devido à ineficiência da empresa responsável pelo serviço, a AEGEA, que até o momento não apresentou nenhuma explicação plausível para o caos instalado.

O acesso à água é um direito humano fundamental, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e garantido pela Constituição Federal do Brasil. Esse direito não pode ser tratado como uma mercadoria sujeita à lógica do mercado, pois a água é um recurso essencial para a vida, a saúde e a dignidade humana. No entanto, a privatização desse serviço tem se mostrado um fracasso em diversos municípios brasileiros, resultando em precarização do abastecimento, aumentos abusivos de tarifas e ausência de investimentos adequados para garantir a universalização do acesso.

Todo o abastecimento de água e os serviços de esgotamento sanitário são responsabilidade do Município que fez concessão a uma empresa privada. E fez isso a portas fechadas, pois o contrato que autorizou a transferência dos direitos de concessão, viabilizando a privatização, não foi submetido à Câmara de Vereadores e nem tornado público pelo prefeito municipal. TODA a responsabilidade pela oferta adequada de acesso à água é de responsabilidade do Prefeito e, se não estiver à contento o serviço feito pela concessionária, cabe a ele tomar as medidas para que ocorra de modo adequado.

É inaceitável que o prefeito de Passo Fundo, até o momento não tenha dado esclarecimentos nem apresentado soluções concretas para a crise. Exigimos que ele cumpra seu dever, faça valer as prerrogativas da concessão e responsabilize a empresa por sua ineficiência, exigindo melhorias imediatas no serviço. É sua responsabilidade garantir que o direito básico à água seja assegurado a toda a população.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO
Filiada ao **Movimento Nacional de Direitos Humanos**

Rua Aníbal Bilhar, 865, Vila Lucas Araújo, Passo Fundo, RS
E-mail: cdhpf@cdhpf.org.br Site: www.cdhpf.org.br

Diante desse cenário, entendemos ser necessário:

1. **Esclarecimentos imediatos** por parte da AEGEA e da Prefeitura de Passo Fundo sobre as razões da falta de abastecimento e também informações sobre as medidas para solucionar o problema;
2. **Adoção de um plano emergencial de abastecimento** para garantir a população tenha acesso à água de forma contínua e suficiente para suas necessidades básicas;
3. **Abertura de uma investigação rigorosa** sobre a conduta da empresa e possíveis falhas na fiscalização por parte do Poder Público;
4. **Garantia de transparência e participação popular** no debate sobre a prestação do serviço de abastecimento de água em Passo Fundo;
5. **Cumprimento rigoroso do contrato de concessão** por parte da AEGEA, com penalidades em caso de descumprimento e, se necessário, a revisão ou rompimento do contrato para garantir a universalização do serviço.
6. **Isenção de cobrança aos consumidores afetados** como reparação do dano moral coletivo causado pela interrupção do serviço.
7. **Que o Município e a AEGEA realizem, em regime de urgência, o cadastramento dos consumidores afetados** nos locais onde residem para dimensionamento de eventuais restituições de prejuízos sofridos (cessantes e emergentes).

Não aceitaremos o silêncio nem a negligência diante de uma crise que compromete a vida e o bem-estar de nossa comunidade. Conclamamos todas as organizações populares, movimentos sociais e cidadãos a se unirem nesta luta pelo direito à água, pela responsabilização daqueles que falham em garantir esse direito essencial e contra a privatização de serviços públicos fundamentais.

Passo Fundo, 24 de fevereiro de 2025

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)